RELATÓRIO DE GESTÃO

2021

Elaborado por:

TELMO PEREIRA
CONSULTORIA LDA

Relatório de Gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos dos artigos 65º. e 66º. do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o relatório de gestão referente ao exercício de 2021.

1. Introdução.

O Banco de Portugal projeta um crescimento da economia portuguesa de 4,8% em 2021 e de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente (Quadro I.1.1). A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia. Não se antecipam efeitos adversos significativos sobre a atividade agregada do fim de alguns apoios temporários, que foram substituídos, em parte, por medidas direcionadas aos setores e empresas mais afetados pelo choque pandémico.
O Produto Interno Bruto (PIB) retoma o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022, mas no final do horizonte permanece abaixo da tendência projetada antes da ocorrência da pandemia (Gráfico I.1.1). O diferencial estimado de atividade em 2024 é de cerca de 2% face ao perfil projetado no Boletim Económico de dezembro de

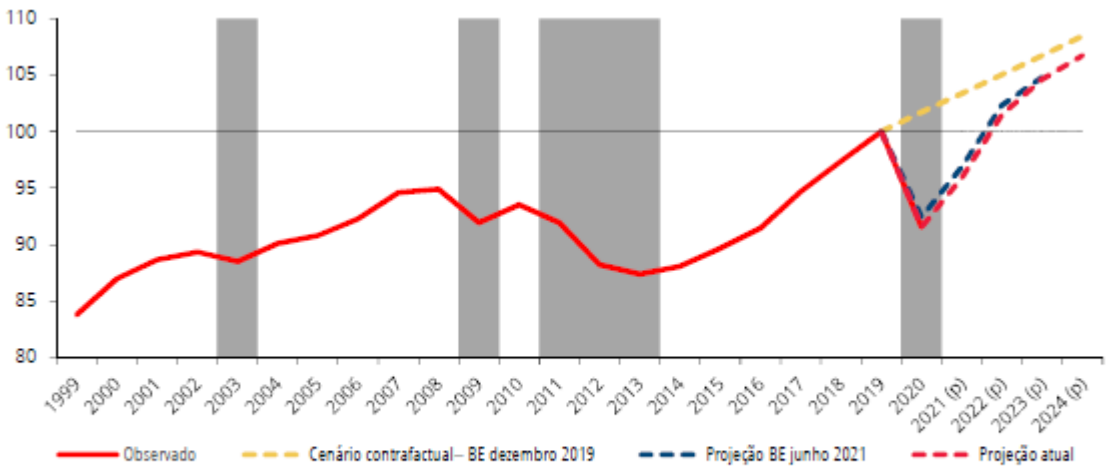
2019, traduzindo um impacto sobre a atividade económica a médio prazo menor do que nas recessões económicas anteriores. Uma implementação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) mais eficaz do que o estimado poderá mitigar este diferencial.

Quadro I.1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2021-24 | Taxa de variação anual em percentagem

	Pesos	BE dez. 2021					BE out. 2021		BE jun. 2021			
	2020	2020	2021 (p)	2022 (p)	2023 (p)	2024 (p)	2020	2021 (p)	2020	2021 (p)	2022 (p)	2023 (p)
Produto Interno Bruto	100	-8,4	4,8	5,8	3,1	2,0	-8,4	4,8	-7,6	4,8	5,6	2,4
Consumo privado	64,2	-7,1	5,0	4,8	2,2	1,8	-7,1	4,3	-5,9	3,3	4,9	2,3
Consumo público	19,1	0,4	4,8	1,4	-1,3	-0,1	0,4	5,2	0,4	4,9	0,4	-0,2
Formação bruta de capital fixo	19,1	-2,7	4,9	7,2	6,6	3,9	-2,7	5,6	-1,9	7,6	8,2	5,8
Procura interna	102,1	-5,6	5,1	4,6	2,4	1,9	-5,6	4,9	-4,6	4,5	4,7	2,6
Exportações	37,0	-18,6	9,6	12,7	7,8	3,9	-18,6	9,6	-18,6	14,5	13,1	4,8
Importações	39,1	-12,1	10,3	9,3	6,2	3,6	-12,1	9,7	-12,0	13,2	10,6	5,1
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp) [a]												
Procura interna		-3,0	3,1	2,6	1,2	1,1	-3,0	3,0	-2,3	2,4	2,5	1,3
Exportações de bens		-0,8	1,1	0,2	0,6	0,4	-0,9	1,3	-0,7	1,9	0,3	0,3
Exportações de serviços		-4,6	0,6	3,0	1,2	0,6	-4,5	0,5	-4,5	0,5	2,8	0,8
Emprego (número de indivíduos) [b]		-1,9	2,5	1,6	0,5	0,3	-1,9	2,6	-1,7	1,3	1,3	0,4
Emprego (horas trabalhadas) [b]		-9,3	8,3	4,0	0,6	0,3	-9,3	8,4	-9,2	5,9	4,1	0,5
Taxa de desemprego [c]		7,0	6,6	6,0	5,7	5,6	7,0	6,8	7,0	7,2	7,1	6,8
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,0	0,2	1,8	2,6	1,8	0,0	1,0	0,1	0,9	2,1	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		-1,8	-3,0	-2,1	-1,2	-1,0	-1,8	-2,3	-1,8	-2,1	-1,4	-1,3
Índice harmonizado de preços no consumidor		-0,1	0,9	1,8	1,1	1,3	-0,1	0,9	-0,1	0,7	0,9	1,0
Bens energéticos		-5,2	7,8	6,3	-1,3	-0,8	-5,2	6,9	-5,2	5,6	1,0	-1,3
Excluindo bens energéticos		0,3	0,4	1,3	1,4	1,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,9	1,2

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado, pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. Para detalhes sobre a metodologia, incluindo estimativas de conteúdos importados, ver Cardoso e Rua (2021) "O real contributo da procura final para o crescimento do PIB", Banco de Portugal, *Revista de Estudos Económicos* – Vol. 7, N.3. (b) De acordo com o conceito de Contas Nacionais. (c) Em percentagem da população ativa.

Gráfico I.1.1 • PIB observado e projeção atual – comparação com o cenário contrafactual e com a projeção do BE junho 2021 | Índice 2019 = 100



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: O cenário contrafactual corresponde à projeção do BE de dezembro de 2019 até 2022. Os valores de 2023-24 foram obtidos assumindo a tendência de crescimento dos anos anteriores. As zonas a sombreado assinalam os anos de queda do PIB.

O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro. Entre 2019 e 2021 a queda do PIB foi superior em Portugal para o que contribuiu o peso mais elevado dos setores de serviços mais afetados pela pandemia na economia nacional. Em termos acumulados desde 2019, o crescimento em Portugal no final do horizonte deverá ser semelhante ao da área do euro.

As atuais projeções revêm em alta o crescimento da economia em 2022-23 face ao projetado no Boletim Económico de junho, mantendo-se inalterada a estimativa para 2021 publicada no Boletim Económico de outubro. Tendo em conta a revisão em baixa do PIB de 2020 aquando da divulgação das Contas Nacionais Anuais pelo INE, o nível do PIB em 2023 situa-se muito próximo do antecipado em junho (Gráfico I.1.1). A projeção para a inflação foi revista em alta ao longo do horizonte face ao Boletim de junho – destacando-se a revisão de 0,9 pp em 2022 – refletindo o aumento dos preços de importação, incluindo do petróleo, e a redução das margens disponíveis no mercado de trabalho, em ambos os casos de forma mais marcada do que o antecipado em junho.

A economia portuguesa em 2021-2024.

A economia portuguesa mantém um perfil de recuperação, atingindo o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022. Estima-se um crescimento em cadeia de 2% no quarto trimestre de 2021 e um abrandamento no início de 2022, associado ao agravamento da pandemia na Europa. Nos trimestres seguintes, o crescimento da atividade aumenta, traduzindo-se numa taxa de variação anual de 5,8% em 2022 (4,8% em 2021). Em 2023-24, o ritmo de crescimento diminui aproximando-se do crescimento de longo prazo estimado para a economia portuguesa.

O crescimento estende-se à generalidade das componentes da despesa, embora com diferenças de ritmo. Em termos de contributos líquidos de conteúdos importados, destaca-se o contributo de 3 pp das exportações de serviços para o crescimento do PIB em 2022 – explicando em larga medida a aceleração da atividade – e de 1,2 pp em 2023 (Quadro I.1.1). O contributo da procura interna representa, em média, cerca de metade do crescimento do PIB no período 2022-24.

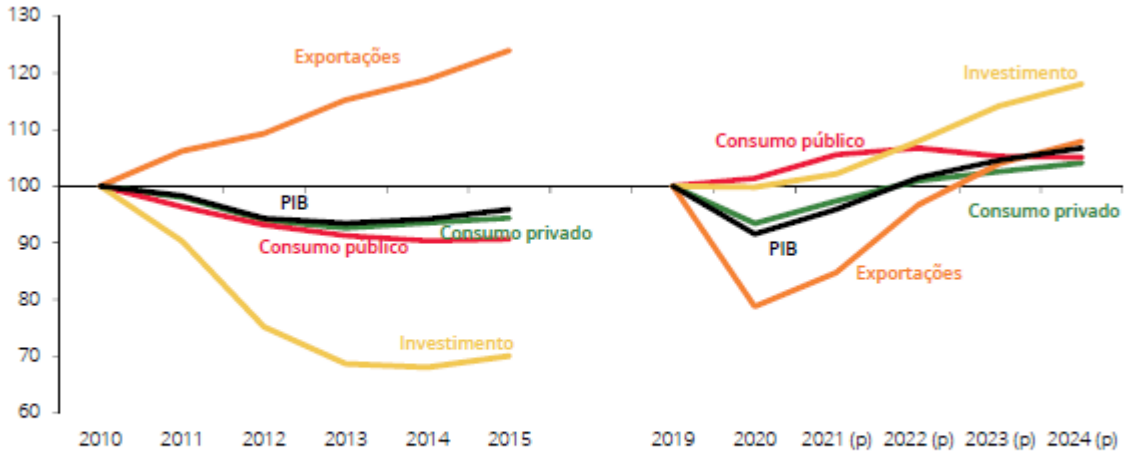
A recuperação projetada é mais rápida do que a observada na sequência da recessão de 2011-13. A evolução do PIB e das principais componentes nas duas recessões reflete a diferente natureza dos choques subjacentes, a situação inicial distinta em termos de desequilíbrios macroeconómicos e as medidas de política implementadas (Gráfico I.3.1). Na crise pandémica, o choque teve uma natureza temporária e não sistémica e a resposta de política foi imediata, maciça e coordenada a nível nacional e europeu. Destaque-se a importância da contenção do contágio da crise ao setor financeiro, preservando a estabilidade financeira e as condições de financiamento de todos os agentes económicos. Estes fatores, bem como a interligação entre eles, atenuaram os efeitos multiplicadores do choque e preservaram a capacidade produtiva e o emprego.

As medidas adotadas suportaram o rendimento agregado das famílias e uma retoma mais rápida do consumo privado. A resiliência do investimento e o aumento do consumo público contrastam com o comportamento observado na recessão anterior. A evolução diferenciada das exportações resulta, em larga medida, das restrições impostas à mobilidade, com impacto desproporcional sobre os fluxos de turismo internacional.

O consumo privado cresce 5% em 2021 e 4,8% em 2022, desacelerando no período 2023-24 para 2,2% e 1,8%. No quarto trimestre de 2021 é atingido o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021-22 está associado, em parte, à forte recuperação das despesas em serviços, que beneficiou do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação, devendo continuar a recuperar ao longo do horizonte. O consumo de bens duradouros apresenta também um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise.

Gráfico I.3.1 • Comparação da crise pandémica com a crise de 2011-13 – PIB e principais

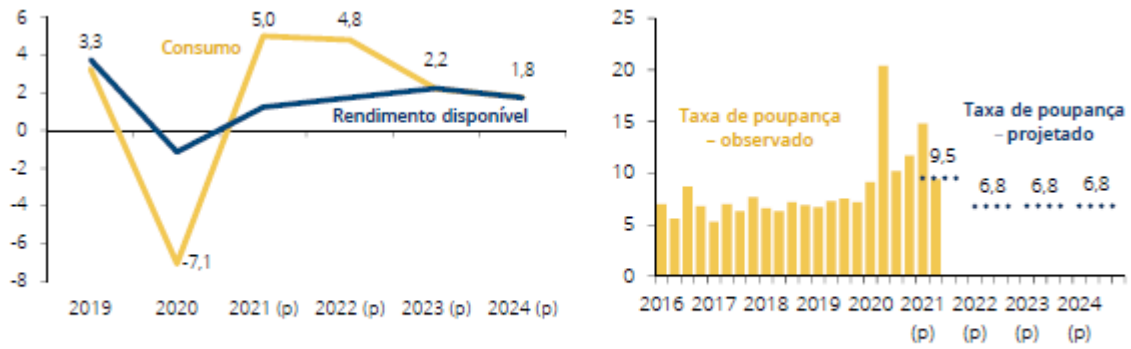
componentes da procura líquidas de conteúdos importados | Índice 2010 = 100 e 2019 = 100



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado. Os índices de base 2010 e 2019 referem-se aos anos que antecederam as quedas do PIB.

O consumo privado é sustentado pelo crescimento do rendimento disponível real, por condições financeiras favoráveis e pela acumulação de riqueza ao longo da crise (Gráfico I.3.2). Para 2021 antecipa-se um aumento do rendimento disponível real de 1,2% e no período de 2022-24 um crescimento médio em torno de 2%, refletindo aumentos do emprego, embora progressivamente menores, e o dinamismo dos salários. O rendimento disponível atinge o nível pré-pandemia no início de 2022, refletindo a rápida e completa recuperação das remunerações, a par do crescimento das prestações sociais. Contudo, a componente de rendimentos de empresa e propriedade continua abaixo do nível pré-pandemia.

Gráfico I.3.2 • Consumo privado, rendimento disponível e taxa de poupança | Taxa de variação em percentagem e percentagem do rendimento disponível



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Nota: (p) – projetado.

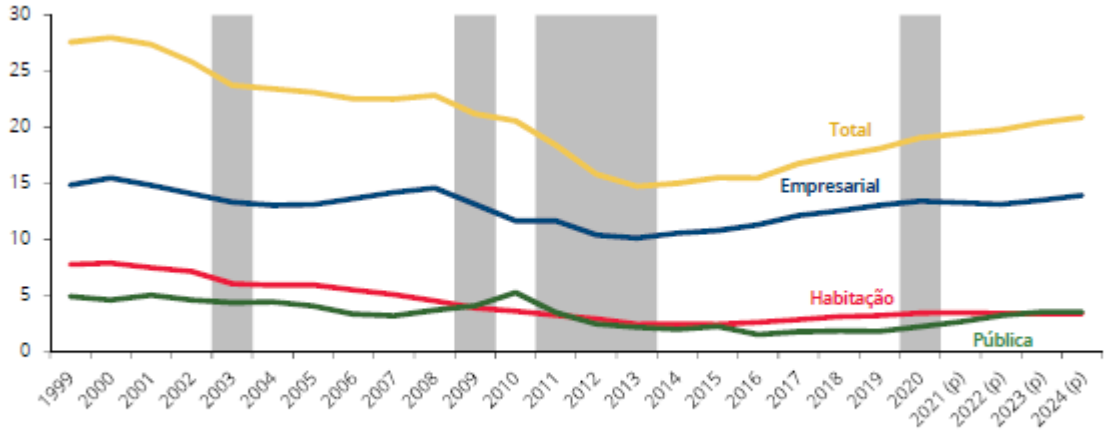
A taxa de poupança reduz-se em 2021-22, após ter atingido 12,8% em 2020. A poupança aumentou durante os períodos de confinamento, refletindo motivos de precaução e uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo. No segundo trimestre de 2021, a taxa de poupança registou uma redução, projetando-se uma nova diminuição na segunda metade do ano. Os resultados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) de 2020 apontam para que a poupança acumulada durante o período da pandemia tenha estado mais concentrada nas famílias com rendimento elevado e que, em geral, têm uma propensão marginal a consumir mais reduzida. Estas famílias concentram uma fração significativa da poupança total. Na projeção assume-se que a poupança acumulada durante a pandemia não será despendida, traduzindo-se, em termos agregados, num aumento persistente da riqueza. Esta hipótese está rodeada de incerteza e representa um risco ascendente para a projeção.

O consumo público deverá crescer 4,8% em 2021, acelerando face ao ano anterior (0,4%). Esta evolução é largamente explicada pelo aumento do número de horas trabalhadas nas administrações públicas. O crescimento moderado do consumo público em 2022-24 decorre da redução dos encargos com a pandemia na área da saúde e da hipótese de gradual estabilização do emprego público. Em 2022, estes efeitos deverão ser parcialmente compensados pela execução do PRR.

O investimento apresenta um crescimento elevado ao longo do horizonte, beneficiando do recebimento de fundos europeus, das perspetivas de recuperação da procura e de condições favoráveis de financiamento. Após uma queda contida da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2020, por comparação com recessões anteriores e com a área do euro, antecipa-se um crescimento de 4,9% em 2021, seguido de um crescimento médio de 6,9% em 2022-23. Para 2024 projeta-se um crescimento de 3,9%. O dinamismo é extensível às componentes pública e privada, destacando-se o crescimento da componente pública em 2021-22 (Gráfico I.3.3). Nos próximos trimestres, o investimento deverá permanecer condicionado pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais, nomeadamente, pela escassez de materiais e equipamento e pelo aumento do seu custo. Neste contexto, antecipam-se crescimentos da FBCF empresarial de 4,4% em 2022 (após 3% em 2021) e 6% em 2023, e uma desaceleração para 4,8% em 2024. Esta evolução determina um aumento do stock de capital empresarial ao longo dos próximos anos.

Em termos reais, o investimento público cresce cerca de 16%, em média anual, no período 2021-2024, em linha com o previsto na atualização do Programa de Estabilidade. Esta evolução reflete a implementação de projetos previstos no PRR e de investimentos estruturantes. Pela sua magnitude, a execução destes projetos deverá permitir interromper a tendência de queda do stock de capital público. A desaceleração do investimento público projetada a partir de 2023 reflete a redução de fundos europeus com a transição entre Quadros Financeiros Plurianuais (QFP).

Gráfico I.3.3 • FBCF e componentes | Em percentagem do PIB



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado. As zonas a sombreado assinalam os anos de queda do PIB.

2. Evolução da Gestão.

2.1. Condições de mercado.

Num contexto desfavorável, nomeadamente no que concerne aos constantes atrasos nos recebimentos sobretudo por parte das Instituições do Sector Publico Estatal, que tem provocado importantes e dramáticas situações de defice a AHBVV, tem mantido integra a sua missão de socorro.

2.2. Rendimentos, Gastos e Resultados.

Os Resultados Líquidos do exercício mantiveram-se positivos apesar de todas as contrariedades.
Os Resultados Operacionais registaram um crescimento de cerca de 1 900 euros, apesar do EBITDA registar um decréscimo de 42,3 mil euros.

COMPARATIVO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

31.Dezembro.2021 Unidade Monetaria: Euros

DESCRIÇÃO	2021		2020		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	499 347,86		408 788,62		90 559,24	22,2%
Subsídios à Exploração	567 710,93		281 519,68		286 191,25	101,7%
Fornecimentos e Serviços Externos	(369 560,06)	74,0%	(314 424,19)	63,0%	55 135,87	17,5%
Gastos com o Pessoal	(757 057,07)	151,6%	(411 266,04)	82,4%	345 791,03	84,1%
Outros Rendimentos e Ganhos	120 685,94		138 237,38		(17 551,44)	-12,7%
Outros Gastos e Perdas	(3 982,55)	0,8%	(3 332,94)	0,7%	649,61	19,5%
Margem Bruta	**499 347,86**	**100,0%**	**408 788,62**	**100,0%**	**90 559,24**	**22,2%**
Resultados Operacional S/ Depreciações	**57 145,05**		**99 522,51**		**(42 377,46)**	**-42,6%**
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	(36 660,25)	7,3%	(80 655,29)	16,2%	43 995,04	54,5%
Resultado Operacional	**20 484,80**		**18 867,22**		**1 617,58**	**8,6%**
Juros e Rendimentos Similares Obtidos						
Juros e Gastos Similares Suportados	(14 464,18)	2,9%	(14 797,33)	3,0%	333,15	2,3%
Resultado Antes de Impostos	**6 020,62**	**1,2%**	**4 069,89**	**1,0%**	**1 950,73**	**47,9%**
Imposto sobre o Rendimento do Período						
Resultado Líquido do Período	**6 020,62**	**1,2%**	**4 069,89**	**1,0%**	**1 950,73**	**47,9%**

COMPARATIVO DOS GASTOS COM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

31.Dezembro.2021

Ct	Descricao	2021	%	2020	%	Desv	%
62	**Fornecimentos e Serviços Externos**	**369 560,06**		**314 424,19**		**55 135,87**	**17,5%**
621	**Subcontratos**	**107,10**	**0,0%**	**289,84**	**0,1%**	**(182,74)**	**-63,0%**
622	**Serviços Especializados**	**87 220,53**	**23,6%**	**104 661,46**	**33,3%**	**(17 440,93)**	**-16,7%**
6221	Trabalhos Especializados	5 422,58	1,5%	9 837,75	3,1%	(4 415,17)	-44,9%
6222	Publicidade	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6223	Vigilancia e Segurança	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6224	Honorarios	750,21	0,2%	3 252,58	1,0%	(2 502,37)	-76,9%
6225	Comisssoes	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6226	Conservação e Reparação	71 784,32	19,4%	87 166,91	27,7%	(15 382,59)	-17,6%
6227	Serviços Bancarios	9 263,42	2,5%	4 404,22	1,4%	4 859,20	110,3%
623	**Materiais**	**24 665,72**	**6,7%**	**5 502,43**	**1,8%**	**19 163,29**	**348,3%**
6231	Ferramentas	14 813,03	4,0%	2 745,96	0,9%	12 067,07	439,4%
6232	Livros e Documentação Tecnica	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6233	Material de Escritorio	9 852,69	2,7%	2 756,47	0,9%	7 096,22	257,4%
6234	Artigos para Oferta	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6238	Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
624	**Energia e Fluidos**	**160 427,62**	**43,4%**	**100 802,58**	**32,1%**	**59 625,04**	**59,2%**
6241	Electricidade	22 520,98	6,1%	16 432,72	5,2%	6 088,26	37,0%
6242	Combustiveis	135 218,42	36,6%	82 158,43	26,1%	53 059,99	64,6%
6243	Agua	1 537,84	0,4%	1 039,54	0,3%	498,30	47,9%
6248	Outos	1 150,38	0,3%	1 171,89	0,4%	(21,51)	-1,8%
625	**Deslocações, Estadas e Transportes**	**13 330,65**	**3,6%**	**8 408,95**	**2,7%**	**4 921,70**	**58,5%**
6251	Deslocações e Estadas	8 397,85	2,3%	8 017,25	2,5%	380,60	4,7%
6252	Portagens	4 932,80	1,3%	391,70	0,1%	4 541,10	1159,3%
6253	Transportes Mercadorias	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
6258	Outros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
626	**Serviços Diversos**	**83 808,44**	**22,7%**	**94 758,93**	**30,1%**	**(10 950,49)**	**-11,6%**
6261	Rendas e Alugueres	2 269,79	0,6%	2 269,79	0,7%	0,00	0,0%
6262	Comunicação	12 658,04	3,4%	12 821,63	4,1%	(163,59)	-1,3%
6263	Seguros	33 215,52	9,0%	34 618,77	11,0%	(1 403,25)	-4,1%
6265	Contencioso e Notariado	0,00	0,0%	120,00	0,0%	(120,00)	-100,0%
6266	Consumiveis/Fardamentos	32 575,18	8,8%	41 257,52	13,1%	(8 682,34)	-21,0%
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	1 920,00	0,5%	2 152,90	0,7%	(232,90)	-10,8%
6268	Outros	1 169,91	0,3%	1 518,32	0,5%	(348,41)	-22,9%

COMPARATIVO DOS GASTOS COM O PESSOAL

31.Dezembro.2021

Ct	Descricao	2021	%	2020	%	Desv	%
63	**Gastos com o Pessoal**	**757 057,07**		**411 266,04**		**345 791,03**	**84,1%**
632	**Remuneracoes com o Pessoal**	**647 170,89**	**85,5%**	**324 984,64**	**79,0%**	**322 186,25**	**99,1%**
632101	INEM	142 178,90	18,8%	0,00	0,0%	142 178,90	0,0%
632102	Central	148 344,95	19,6%	0,00	0,0%	148 344,95	0,0%
632103	Transportes de Doentes	169 349,29	22,4%	0,00	0,0%	169 349,29	0,0%
632104	Limpeza/Mecanico	17 459,81	2,3%	0,00	0,0%	17 459,81	0,0%
632109	Secretaria	81 090,97	10,7%	0,00	0,0%	81 090,97	0,0%
632111	EIP	68 466,47	9,0%	0,00	0,0%	68 466,47	0,0%
632112	ECIN	20 280,50	2,7%	0,00	0,0%	20 280,50	0,0%
		0,00	0,0%	324 984,64	79,0%	(324 984,64)	-100,0%
635	**Encargos sobre Remuneracoes**	**94 861,28**	**12,5%**	**76 221,45**	**18,5%**	**18 639,83**	**24,5%**
63501	INEM	22 941,33	3,0%	0,00	0,0%	22 941,33	0,0%
63502	Central	11 601,45	1,5%	0,00	0,0%	11 601,45	0,0%
63503	Transportes de Doentes	28 663,05	3,8%	0,00	0,0%	28 663,05	0,0%
63504	Limpeza/Mecanico	3 690,75	0,5%	0,00	0,0%	3 690,75	0,0%
63509	Secretaria	15 961,10	2,1%	0,00	0,0%	15 961,10	0,0%
63511	EIP	12 003,60	1,6%	0,00	0,0%	12 003,60	0,0%
		0,00	0,0%	76 221,45	18,5%	(76 221,45)	-100,0%
636	**Seguro Acidentes Trabalho**	**128,12**	**0,0%**	**1 716,35**	**0,4%**	**(1 588,23)**	**-92,5%**
638	**Outros Gastos com o Pessoal**	**14 896,78**	**2,0%**	**8 343,60**	**2,0%**	**6 553,18**	**78,5%**
	SUBSIDIOS RELACIONADOS	**210 607,08**	**27,8%**	**0,00**	**0,0%**	**210 607,08**	**0,0%**
	Decif Pessoal	150 519,00	71,5%	0,00	0,0%	150 519,00	0,0%
	EIP	60 088,08	28,5%	0,00	0,0%	60 088,08	0,0%
	GASTOS COM PESSOAL LIQUIDO	**546 449,99**		**411 266,04**		**135 183,95**	**32,9%**

Os gastos com o pessoal registam um crescimento de 84,1% que em grande parte resultam de uma mudança do critério de contabilização dos subsídios atribuidos por várias entidades, nomeadamente, a Autoridade Nacional de Protecção Civil e do Município de Viseu.

No ano anterior estes subsídios eram registados na conta de gastos com o pessoal e no ano atual estão registados na conta de subsídios.

Assim, comparativamente com o ano anterior os gastos com o pessoal apresentam um crescimento de 32,9%.

2.3. Evolução previsível da Instituição.

Face ao cenário macroeconómico esperado para o corrente ano, com destaque para a subida crescente da energia, combustíveis e preços dos transportes inalterados, é expectável que as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, possam vir a atravessar um período mais desfavorável.

No entanto e apesar do citado cenário macroeconómico, estão a ser negociadas ajudas a nível do governo local e governo central, potenciadoras da normal continuidade do serviço prestado pela AHBVV

3. Outras referencias exigidas pelo Código das Sociedades Comerciais.

Os itens referidos no Código e aqui não explicitados, correspondem a situações não aplicáveis a esta empresa.

Nos termos do Art. 21º do Decreto Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, declara-se que não existem dividas em mora à Segurança Social, como aliás não existem ao Estado ou outros entes públicos.

4. Proposta de aplicação de resultados.

Em relação ao resultado obtido no exercício, propomos a seguinte aplicação:

Descrição	Valor
Reservas Legais	
Resrvas Livres	
Lucros não atribuidos	
Reserva Especial DLRR	
Manutenção em Resultados Transitados	6 020,62 €
Resultado Liquido	**6 020,62 €**

5. Considerações Finais.

Gostaríamos de terminar com agradecimento a várias entidades e instituições que connosco colaboraram, nos dispensaram atenções, e que de alguma forma, nos ajudaram a conseguir os objectivos a que nos propusemos:

Aos nossos estimados clientes;

Aos nossos estimados fornecedores;

A todas as entidades oficiais, bancos e restantes fornecedores e instituições;

A todos os colaboradores, pela dedicação e empenhamento demonstrado.

Viseu, 30 de Março de 2022

O Orgão de Gestão

António Carlos Gomes Tomas da Costa - Presidente

Lúcio Manuel Soeiro Marinho Campos – Vice Presidente

Luís Agostinho Laginhas Vieira – Vice Presidente

Balanço

Demostração de Resultados

BALANÇO

31Dezembro.2021 Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5	1 341 221,48	1 186 368,80
Investimentos Financeiros	15	500,00	500,00
		1 341 721,48	1 186 868,80
Activo Corrente			
Inventários	9		
Clientes	15	157 996,10	113 505,39
Estado e Outros Entes Públicos	14		
Outros Creditos a Receber	15	37 087,51	41 653,10
Caixa e Depósitos Bancários		25 287,23	16 714,71
		220 370,84	171 873,20
Total do Activo		**1 562 092,32**	**1 358 742,00**
FIUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Resultados Transitados		146 368,90	142 299,01
Excedentes de Revalorização			
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio	12	651 482,86	685 528,73
		797 851,76	827 827,74
Resultado Líquido do Período		6 020,62	4 069,89
Total dos Fundos Patrimoniais		803 872,38	831 897,63
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Financiamentos Obtidos	15	365 710,24	91 698,97
Outras Dividas a Pagar	15,16		
		365 710,24	91 698,97
Passivo Corrente			
Fornecedores	15	140 320,68	163 096,32
Estado e Outros Entes Públicos	14	12 204,93	21 465,04
Financiamentos Obtidos	15	236 606,29	247 509,37
Outros Passivos Correntes	15,16	3 377,80	3 074,67
		392 509,70	435 145,40
Total do passivo		758 219,94	526 844,37
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		**1 562 092,32**	**1 358 742,00**

O Contabilista Certificado

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

A Gerencia

Antonio Carlos Gomes Tomas da Costa
Lucio Manuel Soeiro Martinho Campos
Luis Agostinho Laginhas Vieira

Assinado por: **JOAQUIM TELMO DOS SANTOS PEREIRA**
Num. de Identificação: 08463849
Data: 2022.03.22 08:25:37+00'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 17265.**

CARTÃO DE CIDADÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31.Dezembro.2021 Unidade Monetaria: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	10	499 347,86	408 788,62
Subsídios, doações e legados à exploração		567 710,93	281 519,68
Fornecimentos e Serviços Externos		(369 560,06)	(314 424,19)
Gastos com o Pessoal	16	(757 057,07)	(411 266,04)
Outros Rendimentos e Ganhos		120 685,94	138 237,38
Outros Gastos e Perdas		(3 982,55)	(3 332,94)
Resultados antes Depreciações, Gastos Financiamento e Impostos		57 145,05	99 522,51
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	5,6	(36 660,25)	(80 655,29)
Resultado Operacional (Antes Gastos Financiamento e Impostos)		20 484,80	18 867,22
Juros e Rendimentos Similares Obtidos			
Juros e Gastos Similares Suportados		(14 464,18)	(14 797,33)
Resultado Antes de Impostos		6 020,62	4 069,89
Imposto sobre o Rendimento do Período	14		
Resultado Líquido do Período		**6 020,62**	**4 069,89**

O Contabilista Certificado

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

A Gerencia

Antonio Carlos Gomes Tomas da Costa
Lucio Manuel Soeiro Martinho Campos
Luis Agostinho Laginhas Vieira

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

31.Dezembro.2019 Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	28	454 857,15	396 585,70
Pagamentos a fornecedores	28	392 335,70	294 579,62
Pagamentos ao pessoal	29	757 057,07	400 212,49
Caixa gerada pelas operações		**(694 535,62)**	**(298 206,41)**
Recebimento de Subsidios	3,26,28	567 710,93	281 519,68
Outros recebimentos/pagamentos	3,28	78 265,33	85 626,88
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**(48 559,36)**	**68 940,15**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		191 512,13	99 955,63
Activos intangíveis	3,8		
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**(191 512,13)**	**(99 955,63)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		319 020,23	86 507,18
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	28		
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	3,11	55 912,04	42 442,07
Juros e gastos similares	3,11	14 464,18	14 797,33
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**248 644,01**	**29 267,78**
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		**8 572,52**	**(1 747,70)**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	16 714,71	18 462,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	25 287,23	16 714,71

O Contabilista Certificado

Joaquim Telmo dos Santos Pereira

O Orgão de Gestão

Antonio Carlos Gomes Tomas da Costa
Lucio Manuel Soeiro Martinho Campos
Luis Agostinho Laginhas Vieira

Anexo

1. Identificação da Entidade.

1.1.Designação da entidade.

A AHBVV-Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Viseu, é uma instituição de utilidade publica administrativa sem fins lucrativos, fundada em 25 de Março de 1886.

1.2. Sede.

Rua Jose Branquinho
3510-001 VISEU

Quartel
Quinta da Ribeira
3505-567 VISEU

1.3. Natureza da actividade.

Código CAE (Rev. 3): **84 250**
Actividades de protecção civil.

Objectivos principais:
1. - A Associação tem como fim principal a protecção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em actividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários, ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros.

2.- Sem prejuízo do seu objectivo principal, a Associação pode desenvolver outras actividades, a título gratuito ou remunerado, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou colectivas, desde que legais e permitidas por deliberação da Assembleia Geral.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o principio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os Activos Financeiros registados na rubrica "Outros Instrumentos Financeiros – Activos Financeiros".

Foi igualmente aplicado o valor realizável líquido na rubrica de inventários.

3.2 Outras políticas contabilísticas.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-PE. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidencia objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas.

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

4.1 A natureza da alteração na política contabilística.

Não aplicável.

4.2 A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos.

Não aplicável.

4.3 A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável.

Não aplicável.

4.4 As razões pelas quais a aplicação da nova politica contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntaria.

Não aplicável.

5. Activos fixos tangíveis.

5.1 Critérios, métodos, vida útil e desagregação dos valores escriturados.

A - Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o principio da especialização dos exercícios.

B – Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

C – As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as taxas constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

D – A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no inicio e no fim do período.

RUBRICAS	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imp. Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imp. Acum.	Quantia Escriturada
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificios e Outras Construções	1 374 066,38	(497 208,84)	876 857,54	1 439 475,81	(511 204,25)	928 271,56
Equipamento Básico	688 116,22	(456 947,57)	231 168,65	842 895,83	(474 595,31)	368 300,52
Equipamento de Transporte	4 000,00	(3 000,00)	1 000,00	4 000,00	(3 500,00)	500,00
Equipamento Administrativo	53 855,98	(51 320,41)	2 535,57	53 855,98	(52 588,22)	1 267,76
Outros Activos Fixos Tangiveis	49 246,40	(9 928,43)	39 317,97	56 059,36	(13 177,72)	42 881,64
Investimentos em Curso	35 489,07	0,00	35 489,07	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**2 204 774,05**	**(1 018 405,25)**	**1 186 368,80**	**2 396 286,98**	**(1 055 065,50)**	**1 341 221,48**

E – Reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Revalorizaç.	Alienações	Depreciações	Perdas por Imparidade	Reversões	Transf.	Quantia Escriturada Final
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edificios e Outras Construções	876 857,54	29 919,56	0,00	0,00	(13 995,41)	0,00	0,00	35 489,87	928 271,56
Equipamento Básico	231 168,65	154 779,61	0,00	0,00	(17 647,74)	0,00	0,00	0,00	368 300,52
Equipamento de Transporte	1 000,00	0,00	0,00	0,00	(500,00)	0,00	0,00	0,00	500,00
Equipamento Administrativo	2 535,57	0,00	0,00	0,00	(1 267,81)	0,00	0,00	0,00	1 267,76
Outros Activos Fixos Tangiveis	39 317,97	6 812,96	0,00	0,00	(3 249,29)	0,00	0,00	0,00	42 881,64
Investimentos em Curso	35 489,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(35 489,07)	0,00
TOTAL	1 186 368,80	191 512,13	0,00	0,00	(36 660,25)	0,00	0,00	0,80	1 341 221,48

5.2 Outras informações sobre os activos fixos tangíveis.

A – A existência e quantias de restrições de titularidade e activos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Não aplicável.

B – A quantia de compromissos contratuais para aquisição de activos fixos tangíveis.

Não aplicável.

5.3 Itens do activo fixam tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

A – A data da eficácia da revalorização.

Não aplicável.

B – Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Não aplicável.

6. Activos fixos intangíveis.

6.1 Critérios, métodos, vida útil e desagregação dos valores escriturados.

A – Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas.

Os activos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos intangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o principio da especialização dos exercícios.

B – Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas.

As depreciações dos activos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos.

C – A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no inicio e fim do período.

Os activos fixos intangíveis são depreciados de acordo com as taxas constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

D - Reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

Não aplicável.

E – Reconciliação da quantia escriturada no inicio e no fim do período que mostre as alterações ocorridas.

Não aplicável.

6.2 Outras informações sobre os activos fixos intangíveis.

A – Activo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida, a quantia escriturada desse activo e as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida. Descrição dos factores que desempenharam um papel significativo na sua determinação.

Não aplicável.

B – Descrição, quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer activo intangível individual que seja materialmente relevante para as demonstrações financeiras.

Não aplicável.

C – Para os activos intangíveis adquiridos com recurso a subsídios do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor, a quantia inicialmente reconhecida e a sua quantia escriturada actualmente.

Não aplicável.

D – A existência e as quantias escrituradas de activos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e as quantias escrituradas de activos intangíveis dados como garantia de passivos.

Não aplicável.

E – A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de activos intangíveis.

Não aplicável.

6.3 Divulgação da quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

Não aplicável.

6.4 Activos intangíveis de carácter ambiental.

A – Descrição dos critérios de mensuração adoptados, bem como dos métodos utilizados no calculo dos ajustamentos de valor, no que respeita a matérias ambientais.

Não Aplicável.

B – Os incentivos públicos relacionados com a protecção ambiental, recebidos ou atribuídos à entidade. Especificação das condições associadas à concessão de cada incentivo ou uma síntese das condições, caso sejam semelhantes.

Não aplicável.

C – Quantia dos dispêndios de carácter ambiental capitalizados durante o período de referencia na medida em que possa ser estimada com fiabilidade.

Não aplicável.

D – Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e base em que tais quantias foram calculadas.

Não aplicável.

E – Caso sejam significativos, os dispêndios incorridos com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros, por exemplo em resultado de perdas ou danos causados por uma poluição ambiental passada.

Não aplicável.

7. Locações.

7.1 A quantia escriturada liquida à data do balanço, por categoria de activo.

Não aplicável.

7.2 Para locações financeiras e operacionais, divulgar uma descrição geral dos acordos de locação incluindo, pelo menos o seguinte:

A – A base pela qual é determinada a renda contingente a pagar.

O contrato de locação financeira tem subjacente uma taxa de juro variável, indexada a Euribor a três meses.

B – A existência e cláusulas de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento.

Não aplicável.

C – Restrições impostas por acordos de locação, tais como as que respeitam a dividendos, divida adicional, e posterior locação.

Não aplicável.

7.3 Informação adicional sob locações operacionais.

A – Os futuros pagamentos mínimos da locação sob locações operacionais não canceláveis no agregado e para cada um dos períodos seguintes:

i) Não mais de um ano.

Não aplicável.

ii) Mais de um ano e não mais de cinco anos.

Não aplicável.

iii) Mais de cinco anos.

Não aplicável.

B – O total das rendas contingentes reconhecidas como rendimento durante o período.

Não aplicável.

C – Uma descrição global dos acordos de locação do locador.

Não aplicável.

8. Custos de empréstimos obtidos.

8.1 A política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

RUBRICAS	Quantia		
	Corrente	Não Corrente	Total
Conta Corrente Caucionada	87 500,00	0,00	87 500,00
Factoring	44 456,09	0,00	44 456,09
Confirming	35 007,00	0,00	35 007,00
Emprestimos Bancários	22 168,80	204 494,14	226 662,94
Locaçoes Financeiras	47 474,40	161 216,10	208 690,50
TOTAL	**236 606,29**	**365 710,24**	**602 316,53**

9. Inventários.

9.1 As politicas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários, incluindo a formula de custeio usada.

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda. As saídas de armazém são valorizadas ao custo médio ponderado.

9.2 A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

Não aplicavel.

9.3 A quantia de inventários escriturada pelo justo valor menos os custos de vender.

Não aplicável.

9.4 A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

Não aplicavel.

9.5 A quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.6 A quantia de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como um gasto do período de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.7 As circunstancias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários de acordo com o parágrafo 11.20.

Não aplicável.

9.8 A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Não aplicável.

10. Rédito.

10.1 As politicas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do redito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos líquidos de quaisquer impostos, abatimentos e descontos. No caso das prestações de serviços o rédito associado com a transacção foi reconhecido com referencia à fase de acabamento da transacção à data do balanço, tendo sido utilizado o método da proporção entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados.

10.2 A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

RUBRICAS	Anos		Variação	
	2021	2020	Valor	%
Vendas	**2 205,82**	**3 226,01**	**(1 020,19)**	**-31,6%**
Prestações de Serviços	**497 142,04**	**405 562,61**	**91 579,43**	**22,6%**
Quotas e Joias	23 184,00	22 052,67	1 131,33	5,1%
Promoções para Captação Recursos		950,00	(950,00)	-100,0%
Serviço de Ambulancias	453 098,57	370 643,41	82 455,16	22,2%
Outros Serviços	20 859,47	11 916,53	8 942,94	75,0%
Outros Rendimentos e Ganhos	**120 685,94**	**138 237,38**	**(17 551,44)**	**-12,7%**
Descontos de PP	1 183,10	590,80	592,30	100,3%
Rendas	64 614,68	55 743,11	8 871,57	15,9%
Imputação de Subisdios	34 045,87	52 610,50	(18 564,63)	-35,3%
Reembolso IRS/IVA	20 842,29	29 292,97	(8 450,68)	-28,8%
TOTAL	**620 033,80**	**547 026,00**	**73 007,80**	**13,3%**

11. Provisões, passivos e activos contingentes.

11.1 Desdobramento dos movimentos ocorridos por classe de provisão.

Não aplicável.

11.2 A quantia de qualquer reembolso esperado, declarando a quantia de qualquer activo que tenha sido reconhecido para esse reembolso esperado.

Não aplicável.

11.3 Informações pormenorizadas sobre provisões de carácter ambiental.

Não aplicável.

11.4 Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, que estejam incluídos em cada uma das rubricas do balanço.

Não aplicável.

11.5 Breve descrição da natureza do passivo contingente por classe de passivo.

Não aplicável.

11.6 Descrição da natureza dos activos contingentes, quando for provável um influxo de benefícios económicos à data do balanço.

Não aplicável.

12. Subsídios e apoios do Governo.

12.1 A politica contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

12.2 A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha directamente beneficiado.

RUBRICAS	Anos		Variação	
	2021	2020	Valor	%
Subsidios	**520 277,20**	**220 717,86**	**299 559,34**	**135,7%**
ANPC - Autoridade Nacional de Protecção Civil	**394 622,11**	**131 117,86**	**263 504,25**	**201,0%**
Financiamento	104 873,03	98 716,52	6 156,51	6,2%
Combustiveis	4 839,68	10 510,14	(5 670,46)	-54,0%
Decif	40 972,36	1 933,69	39 038,67	2018,9%
Covid	33 329,96	19 957,51	13 372,45	67,0%
Decif Pessoal	150 519,00		150 519,00	100,0%
EIP	60 088,08		60 088,08	100,0%
Municipio de Viseu	**75 000,00**	**55 000,00**	**20 000,00**	**36,4%**
IAPMEI	**1 436,50**	**0,00**	**1 436,50**	**100,0%**
IEFP	**368,59**	**0,00**	**368,59**	**100,0%**
INEM	**48 850,00**	**34 600,00**	**14 250,00**	**41,2%**
Doações e Heranças	**47 433,73**	**60 801,82**	**(13 368,09)**	**-22,0%**
Donativos	39 658,73	55 541,82	**(15 883,09)**	**-28,6%**
Injunções	7 775,00	5 260,00	**2 515,00**	**47,8%**
Outros			0,00	100,0%
TOTAL	**567 710,93**	**281 519,68**	**286 191,25**	**101,7%**

12.3 Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas.

Não aplicável.

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.

13.1 A quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados.

Não aplicável.

14. Impostos sobre o rendimento.

14.1 Gasto por imposto corrente.

O Imposto corrente contabilizado, no montante de 0 euros, corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data do balanço.

14.2 Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores.

Não aplicável.

14.3 A natureza e quantia do gasto de imposto reconhecido directamente em capitais próprios.

Não aplicável.

15. Instrumentos financeiros.

15.1 Divulgação das bases de mensuração, bem como as politicas contabilísticas utilizadas na escrituração de instrumentos financeiros que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

A – Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perda por imparidade:

Clientes, Fornecedores, Contas a receber, Contas a pagar, Empréstimos bancários e Activos financeiros sem cotação em mercado regulamentado.

B – Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Activos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

15.2 Cotação de mercado dos activos financeiros regulados em mercado oficial.

Não aplicável.

15.3 Na transferência de activos financeiros para outra entidade, numa transacção que não se qualifique para desreconhecimento a entidade deve divulgar a natureza dos activos, a natureza dos riscos e benefícios de detenção a que a entidade continue exposta.

Não aplicável.

15.4 Garantias, penhor, ou promessa de penhor de activos financeiros.

A – A quantia escriturada dos activos financeiros.

Não aplicável.

B – Os termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Não aplicável.

15.5 Empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço em situação de imcumprimento.

Não aplicável.

15.6 Aumentos de capital realizados no período e respectivos custos de emissão.

Não aplicável.

16. Benefícios dos empregados.

16.1 Número médio de colaboradores durante o ano.

O número médio de empregados no exercício foi de 38.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

Não aplicável.

18. Outras informações.

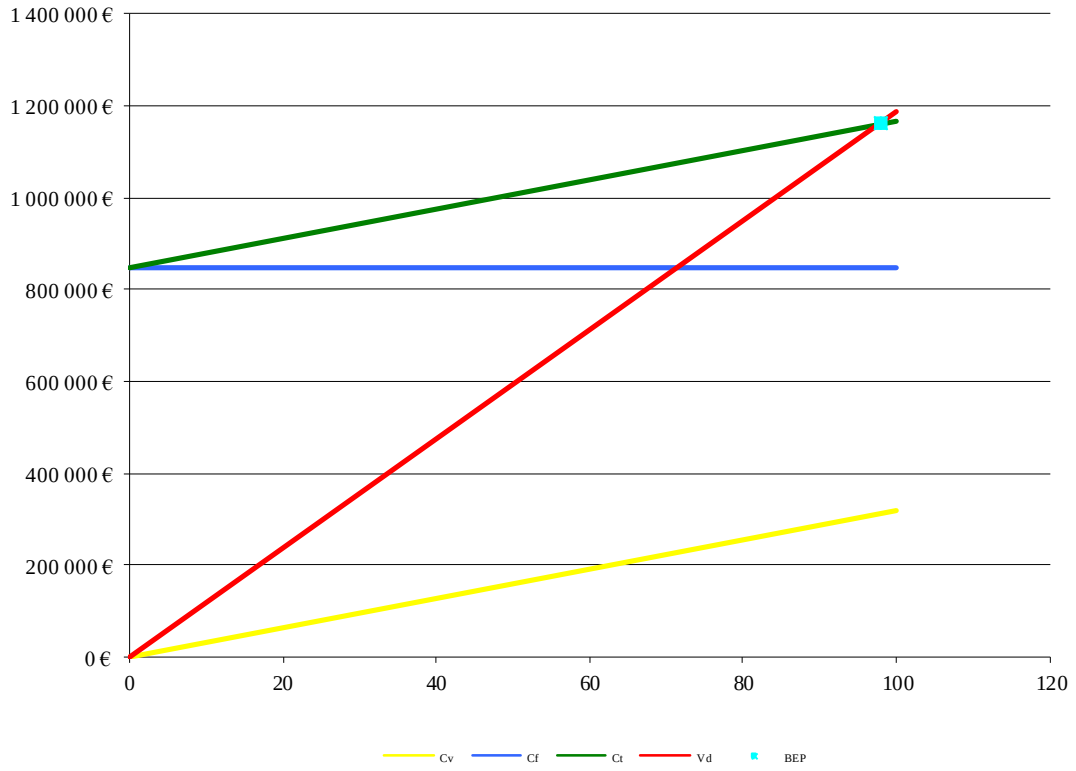
O Contabilista Certificado	A Direcção
Joaquim Telmo dos Santos Pereira	António Carlos Gomes Tomas da Costa - Presidente
	Lúcio Manuel Soeiro Marinho Campos – Vice Presidente
	Luís Agostinho Laginhas Vieira – Vice Presidente

Indicadores de Gestão

Analise do Ponto Morto e Risco

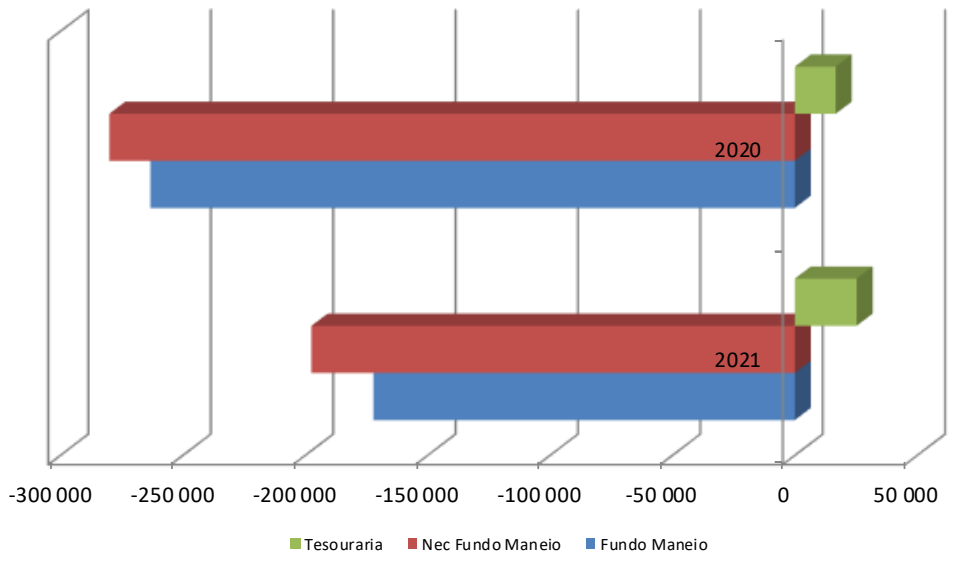
31.Dezembro.2021

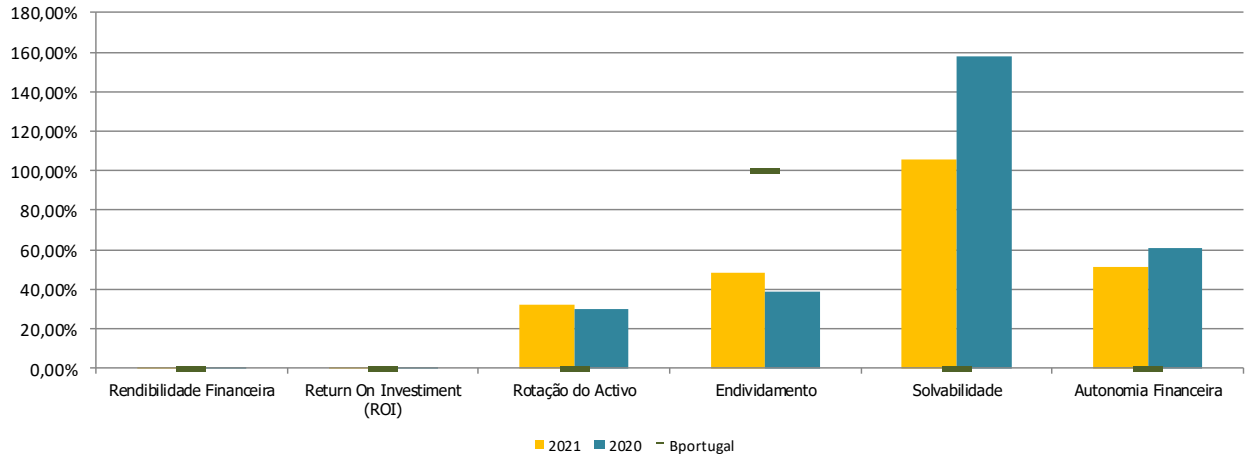
INDICADORES ECONOMICOS	2021		2020	
	Valor	%	Valor	%
Custos Fixos	848 033,46	72,65	554 721,85	68,51
Custos Variaveis	319 226,47	27,35	254 956,61	31,49
Custos Totais	**1 167 259,93**		**809 678,46**	
Volume de Negocios	1 187 744,73		828 545,68	
Custos Variaveis	319 226,47	26,9	254 956,61	30,8
Margem de Contribuição	**868 518,26**	**73,1**	**573 589,07**	**69,2**
Custos Fixos	848 033,46	71,4	554 721,85	67,0
Resultados de Exploração	**20 484,80**	**1,7**	**18 867,22**	**2,3**
Unidades Vendidas	100		2 088	
Break-Even-Point (Quantidade)	**98**		**2 019**	
Break-Even-Point (Valor)	**1 163 989,84**		**801 165,58**	
Margem de Segurança	23 754,89		27 380,10	
%	**2,00%**		**3,30%**	
Grau Economico da Alavanca GEA (MC/RE)	**42,40**		**30,40**	
Grau Financeiro da Alavanca GFA (RE/RAI)	**3,40**		**4,64**	
Grau Combinado da Alavanca GCA (GEA*GFA)	**144,26**		**140,93**	



Analise do Balanço Funcional

	DESCRIÇÃO	2021	2020
(1)	Capital Próprio	803 872,38	831 897,63
(2)	Passivo não Corrente	365 710,24	91 698,97
(3)	**Capitais Permanentes (1+2)**	1 169 582,62	923 596,60
(4)	Activo não Corrente	1 341 721,48	1 186 868,80
(5)	**Fundo de Maneio (3-4)**	**-172 138,86**	**-263 272,20**
(6)	Inventarios	0,00	0,00
(7)	Clientes	157 996,10	113 505,39
(8)	Outros Devedores	37 087,51	41 653,10
(9)	Estado (A Receber)	0,00	0,00
(10)	**Necessidades Exploração (6+7+8+9)**	**195 083,61**	**155 158,49**
(11)	Fornecedores	140 320,68	163 096,32
(12)	Outros Credores	239 984,09	250 584,04
(13)	Estado (A Pagar)	12 204,93	21 465,04
(14)	**Recursos de Exploração (11+12+13)**	**392 509,70**	**435 145,40**
(15)	**NFM Nec.Fundo Maneio (10-14)**	**-197 426,09**	**-279 986,91**
(16)	**Tesouraria Exploração (5-15)**	**25 287,23**	**16 714,71**
(17)	NFM Necessidades Extra-Exploração	0,00	0,00
(18)	NFM Recursos Extra-Exploração	0,00	0,00
(19)	**Tesouraria Total (16-17+18)**	**25 287,23**	**16 714,71**
(20)	Tesouraria Activa	25 287,23	16 714,71
(21)	Tesouraria Passiva	0,00	0,00
(19)	**Tesouraria Liquida**	**25 287,23**	**16 714,71**



ANALISE ESTRUTURA DE CAPITAIS E EQUILIBRIO FINANCEIRO

	Indicador	Formula	2021	2020	Var	Bportugal	Var
(1)	Rendibilidade Financeira	Res. Liquidos / Cap. Proprios	0,75%	0,49%	0,26%	0,00%	0,75%
(2)	Return On Investiment (ROI)	Res. Liquidos / Activo Total	0,39%	0,30%	0,09%	0,00%	0,39%
(3)	Rotação do Activo	Volume Negocios / Activo Liquido	0,32	0,30	0,02	0,00	0,32
(4)	Liquidez Geral	Activo Corrente / Passivo Corrente	56,14%	39,50%	16,65%	0,00%	56,14%
(5)	Prazo Medio de Recebimentos (PMR)	(Clientes/Vol Negocios)*365	115	101	14	0	115
(6)	Prazo Medio de Stockagem (PMS)	(Inventarios/Custo Venda)*365	0	0	0	0	0
(7)	Prazo Medio de Pagamentos (PMP)	(Fornecedores/Compras)*365	139	189	-51	0	139
(8)	Ciclo de Conversão de Caixa (CCC)	PMR + PMS - PMP	-23	-88	65	0	-23
(9)	Endividamento	Passivo Total / Activo Liquido	48,54%	38,77%	9,76%	100,00%	-51,46%
(10)	Solvabilidade	Capital Proprio / Passivo Total	106,02%	157,90%	-51,88%	0,00%	106,02%
(11)	Autonomia Financeira	Capital Proprio / Activo Liquido	51,46%	61,23%	-9,76%	0,00%	51,46%
(12)	Cobertura das Imobilizações	Capital Permanente / Activo Fixo	0,87	0,78	0,09	0,00	87,17%